

O risco de desindustrialização da economia gaúcha: uma análise do período de 1991 a 2010*

Reisoli Bender Filho**

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa, Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Nos anos recentes, um dos temas que tem circundado nos debates econômicos está relacionado à hipótese de desindustrialização. Nesse sentido, este trabalho teve como escopo examinar o comportamento do setor industrial gaúcho ao longo das últimas duas décadas. A partir dos resultados, constatou-se que tanto o emprego quanto o produto agregado da indústria se retraíram no decorrer do período analisado, ao passo que a produtividade do trabalho apresentou um comportamento cíclico, elevando-se na década de 90 do século passado e retraindo-se na década mais recente, período em que o emprego agregado cresceu acima e de forma mais rápida que a produção física. Essas evidências indicam que a indústria gaúcha, se não está, mostra indícios de que, no longo prazo, poderá passar por um possível processo de desindustrialização.

Palavras-chave: desindustrialização; produtividade; economia gaúcha.

Abstract

In the recent years, one of the topics which have surrounded economy debates is related to the hypothesis of de-industrialization. Thus, this study has as its scope exam the industrial sector's behavior in the south of Brazil along the last two decades. Through the results, it has been found that both the employment and the aggregate output of the industry have retracted in the period analyzed, while labor productivity has shown a cyclical behavior, rising in the 1990s and retracting in the most recent decade, period in which the aggregate employment has grown up more quickly than the physical production. Evidences have indicated that the industry of the state can pass through a process of deindustrialization in the long term.

Key words: de-industrialization; productivity; gaúcha's economy.

Classificação JEL: R10, O47.

* Artigo recebido em 21 ago. 2013.
Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** E-mail: reisolibender@yahoo.com.br

1 Introdução

Nos últimos anos, um dos temas que permeiam os debates econômicos está relacionado à hipótese de desindustrialização da economia brasileira — ver Marquetti (2002), Bonelli (2005), Palma (2005), Nassif (2008) e Lara (2011). Por desindustrialização, entende-se a redução persistente de participação do emprego industrial relativamente ao emprego total, conforme discutido por Rowthorn e Ramaswamy (1999). Contudo, recentemente esse conceito tem sido utilizado de forma mais ampla, sendo entendido como a perda persistente de participação do Valor Adicionado da indústria como proporção do produto agregado.

O processo de desindustrialização ocorre devido a um conjunto de fatores. De acordo com Rowthorn e Ramaswamy (1999), esses fatores podem ser tanto internos quanto externos. No primeiro caso, citam-se as mudanças na relação entre a elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais acelerado da produtividade industrial quando comparada ao crescimento da produtividade do setor serviços. No segundo, salienta-se o grau de integração comercial e produtiva das economias.

A desindustrialização provocada por mudanças na elasticidade-renda da demanda foi destacada por Clark (1957), quando expôs que o crescimento contínuo da renda *per capita*, ao mudar as relações de consumo, explicaria os ganhos relativos de participação do setor serviços. Nesse processo, de acordo com Nassif (2008), em países com renda *per capita* baixa, a participação relativa dos setores primários como proporção do produto é elevada; porém, ao passarem para níveis médios de renda, ocorrerá a transferência de recursos para o setor industrial e, quando atingirem níveis elevados de renda *per capita*, uma nova mudança entrará em curso, tanto em termos de emprego quanto de Valor Adicionado, na direção do setor serviços. Nesse sentido, o crescimento econômico levaria as economias a se desindustrializarem a partir de determinado nível de renda *per capita*. Isto porque, no processo de crescimento econômico, a elasticidade-renda da demanda de serviços tende a crescer mais rapidamente que a elasticidade-renda por manufaturas (Oreiro; Feijó, 2010).

No caso da produtividade do trabalho, como os setores industriais e de serviços apresentam taxas de crescimento da produtividade diferentes, com a indústria crescendo mais aceleradamente, a tendência é que a participação do emprego do setor manufatureiro inicie seu processo de retração antes da redução da

participação da indústria no Valor Adicionado, conforme destacado por (Oreiro; Feijó, 2010).

Esse aspecto é complementado por Nassif (2008), quando enfatizou que o ritmo mais intenso de crescimento da produtividade do setor industrial frente aos demais setores em economias desenvolvidas provoca retração nos preços relativos dos bens industriais, determinando um impulso na demanda desses produtos.

Entretanto, cabe ressaltar que a preocupação com o risco de um processo desindustrializante pode não ser um fenômeno totalmente negativo para a economia. Isto ocorrerá desde que a perda de empregos industriais resulte em ganhos de produtividade no setor e leve à geração de empregos de produtividade elevada em outros setores, decorrente do dinamismo econômico.

Não obstante, nesse debate as discussões e evidências são, em grande parte, generalizadas para a economia brasileira, não considerando, assim, a heterogeneidade das regiões e/ou estados, bem como os efeitos diferenciados desse processo. Seguindo esse enfoque, este estudo investigou a ocorrência, ou não, de um processo de desindustrialização na economia do Rio Grande do Sul, no período entre 1991 e 2010, sendo que o Estado apresenta importante participação no desempenho industrial do País, tanto em termos de produção física quanto de emprego. Assim, têm-se como objetivos principais: (i) analisar a evolução da participação setorial na economia gaúcha; (ii) investigar o comportamento da produtividade industrial da economia gaúcha; e (iii) confrontar as especificidades do desempenho do setor industrial do Rio Grande do Sul com as observadas na economia brasileira.

Essa análise justifica-se na medida em que as regiões e/ou estados tendem a apresentar diferentes reações às políticas macroeconômicas em nível agregado bem como às condições políticas e econômicas em âmbito internacional. Além desses fatores, as regiões e/ou estados apresentam diferenças quanto à estrutura institucional e produtiva, como também quanto às políticas industriais locais diferenciadas.

Além desta **Introdução**, o trabalho está estruturado em mais três seções. Na segunda, é apresentada a evolução setorial do emprego e do produto na economia gaúcha. A terceira discute as evidências do processo de desindustrialização da economia do Rio Grande do Sul ao longo das últimas duas décadas, a partir da evolução da participação setorial e da produtividade do trabalho. A quarta sumariza as conclusões acerca do tema debatido.

2 Evolução setorial do emprego e do produto na economia gaúcha

A industrialização ou a desindustrialização podem ser medidas a partir de uma série de critérios; dentre eles, estão a participação do emprego e do produto agregado setorial no emprego e no produto total. Em pormenores, buscou-se examinar a trajetória da estrutura produtiva da economia gaúcha. Seguindo esse método, constatou-se que a participação setorial do emprego e do produto agregado do Rio grande do Sul apresentou mudanças importantes ao longo dos últimos vinte anos (Figuras 1 e 3).

Em relação ao emprego, o padrão observado mostra a retração do setor industrial (passou de 34,15% em 1991 para 31,35% em 2010), o qual vem sendo substituído pelo setor agropecuário, que teve sua participação no emprego total elevada em mais de 70%, no mesmo período, apesar de representar a menor parcela do emprego formal. Menciona-se que esse movimento não é o comum em processos de desenvolvimento, visto que o movimento esperado ocorre em direção à expansão da participação do setor serviços. Por outro lado, o setor serviços, que, em termos quantitativos, agrega o maior número de postos formais de trabalho, cuja média ficou em torno de 64% do total, manteve sua participação praticamente constante no período, com reduzido crescimento.

A retração da participação do emprego industrial no emprego total da economia gaúcha também é observada quando medida pela taxa geométrica de crescimento setorial. Considerando que a média de crescimento do emprego total do Estado foi de cerca de 2,88% ao ano, entre 1991 e 2010, somente o setor industrial cresceu a taxas inferiores (2,44%), enquanto a agropecuária e o serviços cresceram em ritmo mais acelerado que a média estadual, 5,67% e 3,01% ao ano, respectivamente. Aspecto que, em parte, justificaria essa perda de participação da indústria.

Complementando a análise, na Figura 2 objetivou-se examinar desagregadamente o emprego industrial da economia gaúcha, considerando as atividades econômicas classificadas conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública, construção civil e indústria de transformação.

Observa-se a predominância da indústria de transformação, como esperado, com média de 85% do emprego industrial no período analisado, sendo que esse segmento foi o que apresentou comportamento

mais volátil. Entretanto, a particularidade está na tendência de redução da participação da indústria de transformação, fato verificado pela retração da participação de aproximadamente 88% para 80% ao longo do período analisado. Essa constatação, dentre outros aspectos, como a taxa de câmbio, pode ser reflexo da dispersão da indústria de transformação no território nacional, consequência das disputas fiscais entre unidades federativas.

Por outro lado, a construção civil vem ampliando, ano a ano, a sua participação, atingindo, em 2010, cerca de 14% dos empregos formais, praticamente duplicando seu nível em relação ao início da década de 90 do século passado. Ademais, verifica-se um comportamento compensatório entre a indústria de transformação e a construção civil, quando um setor cresce e o outro retrai. Já a indústria extrativa e os serviços industriais de utilidade pública mantiveram suas participações praticamente constantes, e, quando somadas, não ultrapassaram, em média, 4% do total do emprego da indústria gaúcha nas duas décadas analisadas.

Ao analisar o produto agregado setorial, medido pelo Valor Adicionado Bruto, verifica-se evidência semelhante àquela encontrada para o emprego, contudo o produto industrial apresentou encolhimento mais expressivo. Por outro lado, o crescimento do Valor Adicionado do setor serviços foi mais pronunciado, ocupando praticamente todo o espaço do setor industrial no produto total, já que a agropecuária manteve sua participação estabilizada, em torno de 10%, com pequenas oscilações. Essas evidências podem indicar uma mudança nas relações de consumo, concretizadas a partir dos novos patamares de renda, o que justificaria a expansão do setor serviços.

Quando calculada a taxa geométrica de crescimento do Valor Adicionado Bruto setorial, verificou-se que o setor industrial foi novamente o único dos setores que apresentou evolução inferior à do Estado. Enquanto o Valor Adicionado do Rio Grande do Sul evoluiu, em média, 6,4% ao ano, a indústria expandiu-se apenas 3,7% ao ano, no mesmo período, o que indica uma redução da participação do setor industrial no Valor Adicionado Bruto da economia gaúcha; evidência, contudo, não diferentemente da encontrada para a economia brasileira, sobretudo no período posterior a 1994, conforme discutido por Lara (2011).

Complementando, são analisadas as taxas anuais de crescimento do produto agregado setorial e do Estado, conforme a Figura 4. De modo geral, espera-se encontrar evidências de complementariedade entre os setores na geração do produto agregado total, sobretudo entre os setores agropecuário e industrial, como

proposto pelos modelos teóricos de crescimento econômico. Seguindo essa linha, tendo o Estado uma importante participação na produção de bens primários (grãos e carnes), o crescimento do setor agropecuário naturalmente deveria amplificar o crescimento industrial, característica predominante de regiões em desenvolvimento, por meio do atendimento à demanda agrícola pela indústria.

Nesse sentido, o comportamento característico apresentado pelos setores agropecuário e industrial indica que eles cresceram de forma mais acelerada que o produto do Estado em fases de expansão econômica e retraíram-se de forma mais acentuada que o produto em fases de retração econômica. Esse comportamento não foi observado pelo setor serviços, o qual, em quase a totalidade do período, apresentou flutuações com magnitudes menores que as encontradas pela economia gaúcha.

Além disso, cabe observar o comportamento mais volátil tanto da agropecuária quanto da indústria, aspectos que estão relacionados à conjuntura econômica, interna e externa, e às especificidades dos produtos. As condições climáticas favoráveis, associadas aos ganhos de produtividade da agricultura, concomitantemente à crescente demanda internacional, em especial da China, por *commodities* agrícolas, estão na base das elevadas taxas de crescimento do Setor Primário gaúcho.

Já os bens industriais, por serem mais dinâmicos, caracterizam-se por apresentar um comportamento diferenciado, ao passo que tendem a responder às conjunturas recessivas e expansivas com grandes oscilações em suas taxas de crescimento, caindo mais

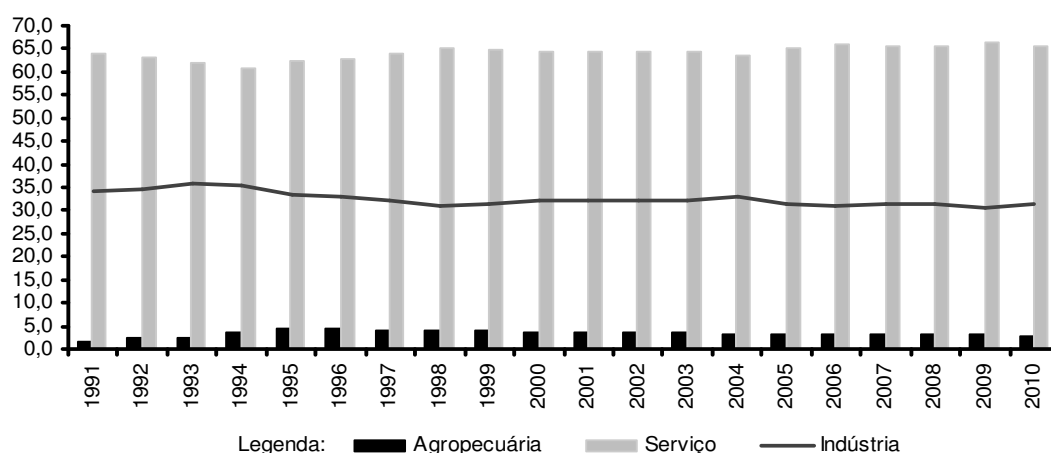
bruscamente e expandindo-se mais aceleradamente, situação que se verificou na economia gaúcha em grande parte do período examinado.

Além disso, verifica-se que as taxas de crescimento do produto total mostraram uma relação mais próxima às taxas de crescimento do setor industrial, pois, quando a indústria se expandiu, o mesmo ocorreu com a riqueza, o que está de acordo com a proposição de causação circular e acumulativa do crescimento econômico de Kaldor-Verdoorn, na qual o crescimento da demanda por produtos industriais é um fator importante na determinação do crescimento das economias; quanto maior for a taxa de crescimento do setor industrial, maior será a taxa de crescimento do total da produção na economia. Logo, o crescimento da produção industrial também influencia no aumento da produtividade e do crescimento dos demais setores da economia (Braga e Marquetti, 2007).

As evidências discutidas para o período analisado sugerem que a dinâmica setorial da economia do RS apresentou o setor industrial como determinante para a expansão do crescimento da economia gaúcha, conforme encontrado nas Leis de Kaldor (1957), as quais apontam que a indústria possui retornos crescentes de escala na produção, porém com o setor agrícola suprimindo esse espaço em situações de retração da indústria, quando considerado o emprego, e o setor serviços absorvendo essa parcela, quando considerado o produto agregado setorial. Nessas condições, à medida que a indústria perde postos de trabalho para a agricultura, este último setor fornece condições para a expansão do setor serviços.

Figura 1

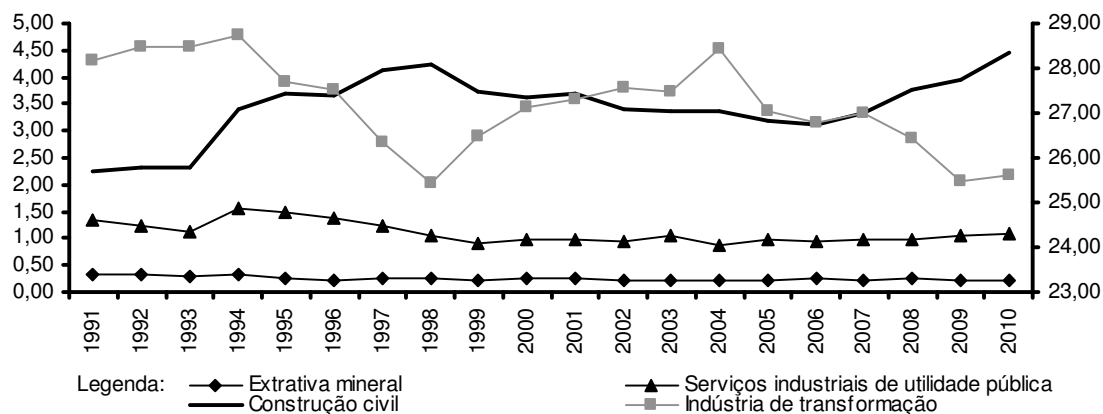
Participação percentual setorial do emprego na economia do Rio Grande do Sul — 1991-2010



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2011).

Figura 2

Evolução percentual do emprego na indústria de transformação da economia do Rio Grande do Sul — 1991-2010

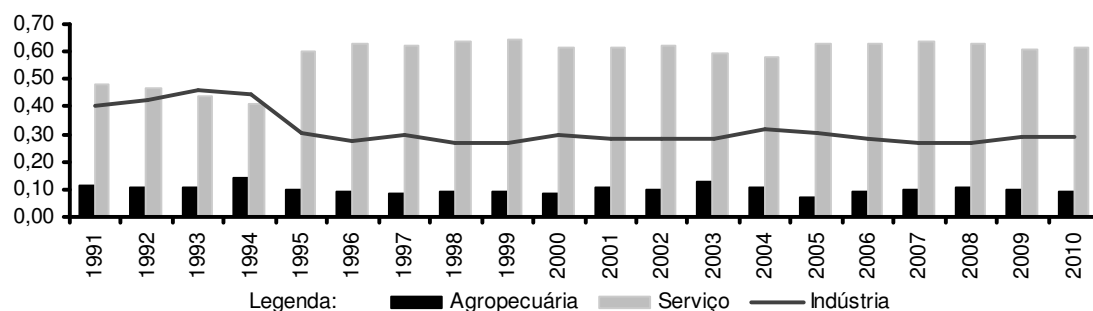


FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2011).

NOTA: O eixo direito corresponde à participação da indústria de transformação, e o esquerdo, às demais classificações.

Figura 3

Participação percentual setorial do Valor Adicionado Bruto na economia do Rio Grande do Sul — 1991-2010

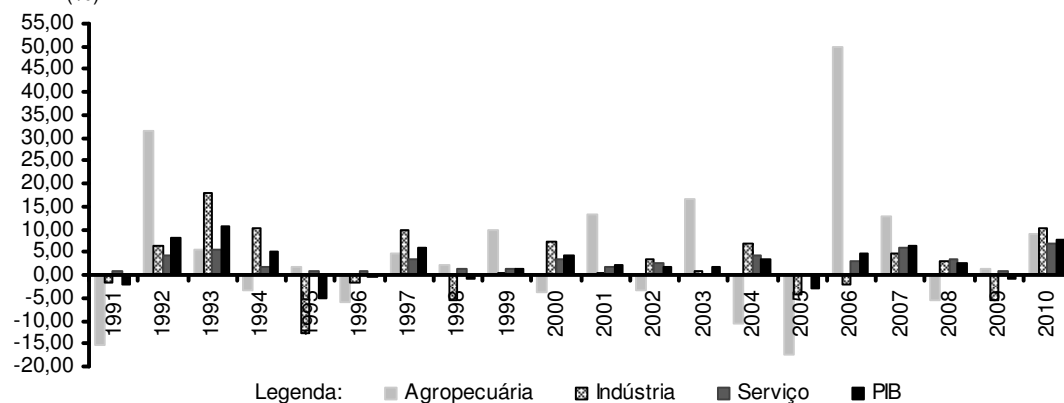


FONTE: Fundação de Economia e Estatística (2011).

NOTA: Os dados foram deflacionados pelo IGP-DI.

Figura 4

Taxas anuais de crescimento do produto agregado setorial e do Estado do Rio Grande do Sul — 1991-2010 (%)



FONTE: Fundação de Economia e Estatística (2011).

3 Comportamento da produtividade industrial na economia gaúcha

A metodologia utilizada para a análise das evidências empíricas a respeito do processo de desindustrialização seguiu a literatura especializada sobre o tema, como encontrado nos trabalhos de Bonelli (2005) e Nassif (2008), e está baseada na evolução da produtividade do trabalho da indústria, na economia gaúcha, a qual foi calculada pela razão entre a produção física e o total de pessoas ocupadas ou produto físico por trabalhador. Entretanto, cabe mencionar, há outras formas de medir a produtividade, como a do Valor Adicionado por trabalhador.

Os dados referentes à produção física foram obtidos junto ao banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Mensal Industrial; os dados sobre pessoal ocupado na indústria foram coletados junto ao portal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para a referida análise, o período compreendeu os anos entre 1991 e 2010, sendo 2000 o ano-base.

Atendendo ao proposto, verifica-se que a evolução da produtividade do trabalho industrial na economia gaúcha, no período analisado, pode ser dividida em dois momentos distintos, conforme se visualiza na Figura 5. O primeiro deles estendeu-se de 1991 a 2000, período em que a produtividade foi crescente, com taxas de variação superiores a 10% em alguns anos (Figura 6). Ressalta-se que essa expansão da produtividade industrial gaúcha, em praticamente toda a década de 90, não foi diferente do encontrado na economia brasileira (Bonelli, 2005).

Nesse período, a característica comum foi o crescimento mais acentuado da produção física comparativamente ao emprego agregado, o qual apresentou menor oscilação, fato que possibilitou ganhos mais acentuados de produtividade da indústria do Rio Grande do Sul. Esses resultados seguem a linha daqueles encontrados por Nassif (2008), os quais apontaram que os ganhos de produtividade da indústria nacional foram consequência sobretudo do crescimento dos índices da produção física acima daqueles observados pelo emprego industrial.

Esse cenário, por sua vez, foi consequência da política de abertura comercial e econômica brasileira, que forçou as empresas a modernizarem suas estruturas produtivas existentes, processo que ocorreu a partir de investimentos em inovação, implantação de novas técnicas organizacionais, os quais vieram acom-

panhados pela redução da mão de obra empregada, em uma espécie de ajuste defensivo.¹

Contudo as empresas gaúchas iniciaram sua reestruturação tardiamente, quando comparado à indústria nacional, o que influenciou no crescimento mais lento da produtividade. Corroborando isso, Calandro e Campos (2004) enfatizaram que, embora o processo de reestruturação produtiva das empresas industriais gaúchas não se tenha mostrado suficiente para alcançar os padrões tecnológicos condizentes com a concorrência externa, possibilitou a obtenção de ganhos expressivos de produtividade.

Na interpretação de Bonelli (2005), nesse período os ganhos de produtividade ocorreram como resultados de um conjunto de fatores que inclui, sobretudo, a abertura comercial, que alterou as estruturas de produção na indústria, sendo esse efeito mais evidente até 1996 e 1997, que implicava o menor uso de mão de obra por unidade de produção; como consequência, observaram-se elevados ganhos de produtividade com pouca absorção de mão de obra.

De forma complementar, Carvalho (2000) sugere que a introdução de novas técnicas de produção e o acesso a bens de capital e insumos importados a preços mais próximos dos internacionais posteriormente à liberalização comercial também levaram à retração da mão de obra industrial. Por outro lado, Silva *et al.* (1993) enfatizam que o incremento da produtividade foi consequência da recessão do final da década anterior, não havendo mudanças estruturais tecnológicas generalizadas na economia.

Entretanto, a trajetória de crescimento da produtividade ocorreu de forma mais forte até 1997, ao passo que, nos últimos três anos, se manteve praticamente estagnada, apresentando variações negativas, conforme verificada nos anos de 1998 e 1999 (Figura 6). Essa retração foi resultado de um contexto macroeconômico peculiar, decorrente da desvalorização cambial do início de 1999, processo que resultou na expansão da produção física a taxas inferiores às do emprego industrial, implicando, com isso, a retração das taxas de crescimento da produtividade, conforme destacam Calandro e Campos (2004).

Porém, em linhas gerais, o debate sobre o crescimento da produtividade industrial observado na economia brasileira, na década de 1990, centrou-se mais especificamente no entendimento das fontes desse crescimento e não propriamente na trajetória ascen-

¹ Estratégia que buscava a redução de custos mediante a adoção de práticas gerenciais e a aquisição de novos equipamentos que visavam solucionar deficiências no processo de produção industrial (Calandro; Campos, 2004).

dente comum encontrada para a produtividade industrial.

O segundo período, definido a partir de 2000 até o último ano da análise, apresentou uma visível inversão na trajetória de crescimento da produtividade industrial gaúcha, diferentemente da produtividade industrial brasileira², com retração contínua ao longo do período, chegando a atingir, em 2010, níveis próximos daqueles verificados no início da análise, no ano de 1991. Nesse período, a regularidade verificou-se pelo crescimento do emprego agregado acima e de forma mais rápida que a produção física.

Quando examinadas as taxas anuais de variação, conforme Figura 6, em praticamente todos os anos desse período o emprego agregado superou a produção física, enquanto, nos anos de instabilidade econômica, sobretudo em 2009, decorrente da crise financeira norte-americana, observa-se que a produção se mostrou muito mais sensível do que o emprego, consequência provável do conjunto de políticas econômicas expansionistas, direcionadas à ampliação da oferta de crédito combinada a isenções tributárias para bens duráveis.

Particularmente, alguns aspectos importantes podem ser vislumbrados na análise da indústria gaúcha nesse período. Os primeiros anos da década são caracterizados por um cenário econômico diferenciado, decorrente da desvalorização cambial, que possibilitou ganhos expressivos em termos de exportações e balança comercial. Porém, o cenário que se configurou se mostrou insuficiente para manter o ritmo de expansão da produtividade industrial, uma vez que a produção industrial cresceu inicialmente, porém passou por uma fase de oscilações, o emprego expandiu-se, e a produtividade declinou, como consequência da desaceleração do processo de reestruturação e modernização de plantas industriais.

Esse desempenho do setor industrial gaúcho, conforme destacam Castilhos, Calandro e Campos (2010), reflete a existência de estruturas industriais diferenciadas, em termos de perfil estrutural e de estágios tecnológicos, em grande medida decorrente da estreita vinculação com o setor agroindustrial, especialmente no que tange aos seus segmentos exportadores. Sobre esse aspecto, dada a relevância do agro-negócio para a economia estadual, as transformações e as limitações à expansão desse setor, cuja produção exige constantemente avanços tecnológicos e maior qualidade, associado a um processo de concentração de capital (Benetti, 2010), podem gerar impactos nega-

tivos ao setor industrial, haja vista que parte substancial da demanda da indústria se origina na agricultura e na pecuária.

Essa particularidade encontra ênfase em Costa, Montoya e Oltramari (2001), quando discutem que a atividade econômica gaúcha está vinculada à forte integração da produção rural com os setores industriais, os quais são responsáveis tanto pelo fornecimento de insumos à produção agropecuária como pelo processamento e pela distribuição nos mercados internos e internacionais.

Porém, em meados da primeira década dos anos 2000, instaura-se uma nova fase, com a produtividade mantendo a tendência de queda, mas em um movimento de estagnação, situação que se manteve entre os anos de 2006 a 2008. Mencionam-se, dentre os fatores causadores, a retomada, ainda que de forma paulatina, da demanda interna, em grande parte impulsionada pelo expressivo aumento do emprego agregado que havia perdido fôlego nos anos anteriores. Ainda nessa fase, a produção física mostrou sinais de recuperação, porém em um ritmo de crescimento mais lento, como consequência da valorização cambial que afetou os setores exportadores, como o calçadista e o mobiliário (Castilhos; Calandro; Campos, 2010).

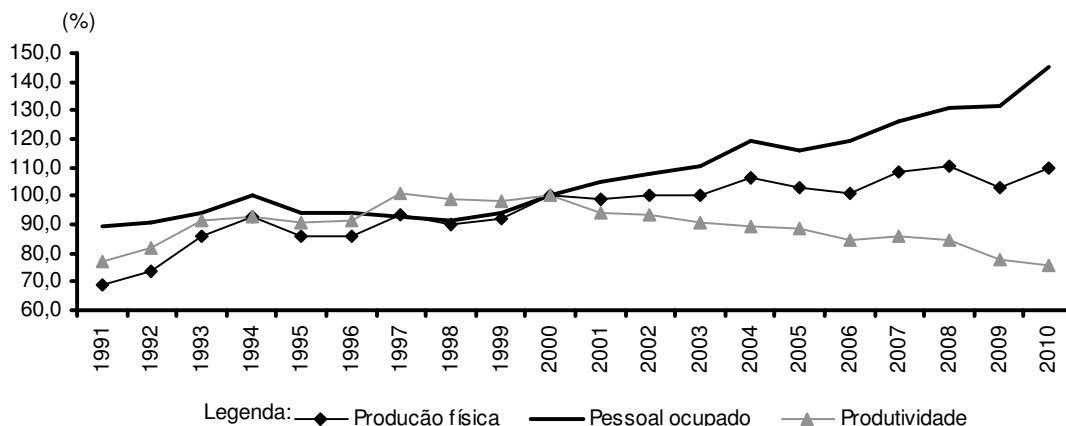
Os anos finais evidenciaram um processo claramente recessivo, decorrente da crise norte-americana, que deflagrou uma generalizada redução dos fluxos comerciais internacionais, que impactaram tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento, sobretudo aqueles de base agroexportadora. Nessa esteira, no Rio Grande do Sul não foi diferente, ao passo que a produção industrial retraiu-se em mais de 7% em 2009, comparativamente ao ano anterior. Menos afetado, o emprego formal estagnou, refletindo os esforços da política econômica. Contudo, como consequência desse cenário, a produtividade da indústria gaúcha manteve a trajetória de queda. Cabe frisar que, em 2010, tanto a produção física quanto o emprego agregado voltaram a crescer.

Em síntese, observou-se, nesses 10 últimos anos, que a indústria gaúcha não passou por mudanças significativas, mantendo as características estruturais dos períodos anteriores, com reduzido nível de investimento, produção intensiva em mão de obra e baixa participação de produtos de alto nível tecnológico e estreitamente vinculada ao comportamento cambial, fatores que determinaram, em grande medida, a trajetória declinante da produtividade do trabalho industrial.

² Ver Bonelli (2005) e Nassif (2008).

Figura 5

Produção, pessoal ocupado (emprego) e produtividade industrial na economia do Rio Grande do Sul — 1991-2010

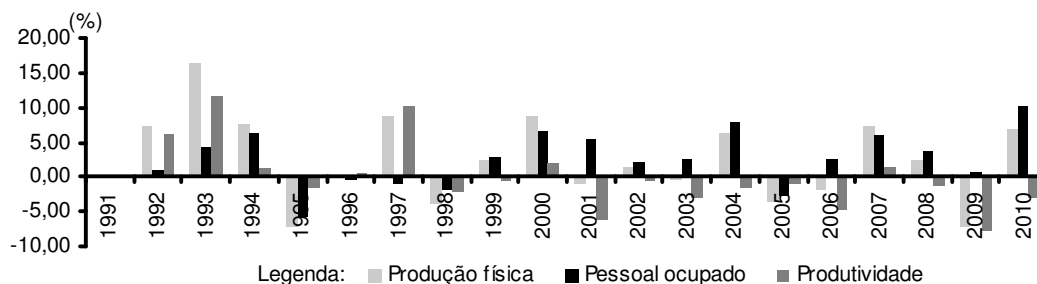


FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2011).

NOTA: Período-base = ano 2000.

Figura 6

Taxas anuais de crescimento da produção, do pessoal ocupado (emprego) e da produtividade industrial na economia do Rio Grande do Sul — 1991-2010



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2011).

Brasil (2011).

NOTA: Período-base = ano 2000.

4 Considerações finais

Tendo como preâmbulo a discussão vinculada à retração da participação da indústria na atividade econômica do Estado, sintetizado no processo de desindustrialização, nas últimas duas décadas, este trabalho alicerçou-se em diversas bases, as quais possibilitam traçar um panorama mais completo e denso acerca desse processo.

Na análise da participação do emprego e do produto industrial setorial, observaram-se características claramente diferenciadas na economia gaúcha; enquanto, em termos de mão de obra empregada, ocorreu uma migração da indústria para o setor agrícola, em termos de participação do produto, a migração

ocorreu da indústria para o setor serviços. Porém, a perda de participação do emprego da indústria gaúcha para o Setor Primário pode ser consequência de um movimento de especialização da produção de bens com maiores vantagens comparativas.

Esse aspecto ganha relevância pelo aumento do consumo externo por bens primários, cuja elevação tem implicado pressões nos preços desses produtos no mercado internacional e, conseqüentemente, um processo de apreciação da taxa de câmbio nos países de base exportadora agrícola, cenário que poderá levar à perda de competitividade da indústria e a um iminente e prematuro processo de desindustrialização.

Outro ponto a ser destacado na análise da participação industrial, não exclusivamente da economia gaúcha, consiste nos ganhos reais de renda ocorridos

na economia brasileira nos anos recentes, os quais não se têm traduzido em elevações no consumo de bens industriais, mas, sim, no consumo de bens não duráveis, ainda que esses guardem uma relação de complementaridade. Isso sugere que poderia estar ocorrendo uma mudança nas relações de consumo em direção ao setor serviços, fato que constituiria argumento a favor da desindustrialização da economia.

Nesse processo, a produtividade do trabalho mostrou outro reflexo do comportamento do setor industrial. As duas últimas décadas exacerbaram a estreita relação dos setores agrícola e industrial, sendo este último condicionado pela pujança do primeiro no mercado externo. Entretanto, não se pode restringir o comportamento do setor industrial ao agronegócio, uma vez que a instabilidade da produtividade decorreu dos reduzidos níveis de investimento, os quais cresceram no início dos anos 90, consequência da necessidade de reestruturação da indústria, em um movimento ascendente da produtividade.

Contudo, nos anos mais recentes, a demanda crescente de *commodities* tem garimpado grande monta dos investimentos, enquanto, na indústria, eles têm perdido força, na medida em que a produção física tem crescido constantemente a taxas inferiores àquelas verificadas no emprego agregado, determinando involuções contínuas da produtividade.

Por fim, baseado nos referidos pontos, pode-se concluir que a indústria gaúcha não conseguiu manter a participação ao longo do período analisado, evidenciado pela retração do emprego na indústria de transformação, processo que também ocorreu em termos de participação do produto agregado. Contudo qualificar esse processo como desindustrialização necessitaria de uma avaliação mais criteriosa de outros aspectos, dentre eles a participação dos produtos de alta intensidade tecnológica no cômputo da indústria total.

A discussão deflagrada não teve o objetivo de esgotar todos os pontos referentes ao processo de industrialização, ou não, da economia do Rio Grande do Sul no período analisado, mas, sim, de servir de arcabouço para debates que culminem em decisões políticas, econômicas e/ou comerciais que busquem um crescimento equilibrado para a economia da região. A análise particularizada da indústria, em termos tanto do nível de agregação tecnológica dos bens como por setores permitiria compreender o comportamento desagregado dos bens produzidos pela indústria gaúcha. Esses aspectos são sugeridos para próximos estudos direcionados ao entendimento do processo de industrialização, ou não.

Referências

- BENETTI, M. D. O agronegócio gaúcho entre os anos de 1990 e 2008. In: CONCEIÇÃO, O. A. C. *et al.* (Org.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. p. 75-102. (Três décadas de economia gaúcha).
- BONELLI, R. **Industrialização e desenvolvimento**: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil. São Paulo: [s.n.], 2005.
- BRAGA, L. M.; MARQUETTI, A. A. As leis de Kaldor na economia gaúcha: 1980-00. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 225-248, jul. 2007.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/estatisticas.htm>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- CALANDRO, M. L.; CAMPOS, S. H. Dez anos de Plano Real e a indústria gaúcha. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 247-272, 2004.
- CARVALHO, P. G. M. **As causas do aumento da produtividade da indústria brasileira nos anos 90**. 2000. xvii, 388 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- CASTILHOS, C. C.; CALANDRO, M. L.; CAMPOS, S. H. Reestruturação da indústria gaúcha sob a ótica da reordenação da economia mundial. In: CONCEIÇÃO, O. A. C. *et al.* (Org.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. p. 31-74. (Três décadas de economia gaúcha).
- CLARK, C. **The conditions of economic progress**. London: Macmillan, 1957.
- COSTA, T. V. A. M.; MONTROYA, M. A.; OLTRAMARI, A. O agronegócio nos estados da região sul: uma análise do grau de integração intersectorial entre a agropecuária e algumas agroindústrias de 1985 a 1995. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, 2001, Recife. **Anais...** Brasília, DF: Sober, 2001. p. 1-12.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Feedados**. 2011. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acesso em: 21 set. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2295&z=t&o=1&i=P>>. Acesso em: 25 set. 2011.

KALDOR, N. A model of economic growth. **Economic Journal**, Cambridge, v. 67, p. 591-624, 1957.

LARA, F. M. Desindustrialização: aspectos conceituais e evidências empíricas recentes sobre a economia brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 7-18, 2011.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, jan./mar. 2008.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

PALMA, J. G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. In: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FIESP, 2005. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/para-empresas/conselhos/design/uploadAddress/5%20-%20QUATRO%20FONTES%20_2_.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011

ROWHTORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, trade and deindustrialization. **International Monetary Fund Staff Papers**, Washington, v. 46, n. 1, p. 18-41, 1999.

SCATOLIN, F. D. *et al.* Desindustrialização? Uma análise comparativa entre Brasil e Paraná. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 105-120, 2007.

SILVA, A. O. *et al.* Retrospectiva da economia brasileira. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Perspectivas da Economia Brasileira**: 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. cap. 1, p. 13-41.